

Da questão das drogas à Seguridade Social

A publicação da edição da revista *Argumentum* (v. 4., n. 2, jul./dez. 2012) coincide com a grande repercussão pela internação involuntária dos usuários e crack na cidade do Rio de Janeiro. Três meses antes, iniciativa semelhante havia sido tomada pela prefeitura da capital paulista. Os vários debates sobre a legitimidade, a pertinência ou resultados efetivos da ação ajudaram a visibilidade aos problemas das drogas no Brasil e seus variados impactos. Entre os argumentos pró-internação destacam-se o da defesa da saúde e da própria segurança do usuário. Os argumentos contrários apontam a violação dos direitos humanos e a criminalização da pobreza. As discussões têm servido para explicitar os distintos projetos e concepções ético-políticas que se confrontam na elaboração das políticas sobre drogas no País.

Tendo a Seguridade Social como tema central desta edição, de forma oportuna a revista possibilita aos trabalhadores e estudiosos das políticas sociais a colaborar com suas experiências e reflexões na seção Debate. Assinados por Cavalcante, Tavares, Rodrigues, Pitta e

Garcia, dentre outras reflexões, os artigos enfatizam que, para além do tema das drogas, a questão de fundo a ser tratada é a própria Seguridade Social no Brasil. Premida entre as orientações neoliberais, novas expressões da questão social, mudanças no mundo do trabalho, internacionalização das economias nacionais, entre outros fatores, o projeto aprovado em 1988 na nova Constituição, como se sabe, ficou inconcluso. Em vários aspectos houve retrocessos. Na Política sobre drogas o que observa é uma oscilação entre as áreas de segurança e de saúde pública.

Os artigos temáticos evidenciam que as inconsistências ou incoerências da Seguridade Social não são específicas do Brasil. De fato, a perda de direitos conquistados gera uma “cidadania ambivalente” que ultrapassa as fronteiras nacionais, como acentuam Nogueira, Giménez e Fagundes em *Elementos para reavaliação dos direitos sociais e da cidadania nas fronteiras Mercosul*. Mesmo onde há sinais de avanços, na avaliação de Beccaria e Danani em *La política previsional argentina 2003-2011: balances, desafios e incógnitas sobre la protección*, as autoras iden-

tificam um processo de judicialização nos dispositivos institucionais que aponta para uma série de interrogantes.

A seção temática traça um panorama das complexas questões a serem consideradas na implementação das políticas sociais. A centralidade da família em diversos programas traz à tona questão de gênero pela responsabilização da mulher num quadro que coincide com novas configurações da família e todas as suas implicações. Este é o tema do trabalho de Freira, Braga e Barros em *Política social, família e gênero: temas em discussão*. Problemas como descontinuidade administrativa, falta de transparência ou fragilidade no controle social agravam, quando não comprometem os resultados dos programas sociais, dentre eles a proposta de intersectorialidade.

Compreender as recentes mudanças no papel e nas atribuições do Estado ajudam a explicitar esse quadro e suas tendências. O artigo *O movimento dos trabalhadores nos anos do Estado do Bem-Estar Social: uma questão em debate*, de Bizerra e Souza, justamente discute as bases que possibilitaram a configuração do Estado do Bem-Estar Social. Cabe agora, discutir como superar o que tem sido chamado por ativistas europeus do Estado do Mal Estar Social – marcado pela perda dos direitos conquistados e a desesperança em relação ao futuro.

Esse é o tema do Ensaio: *Globalização, austeridade e movimentos sociais: de que*

lado nós estamos?. Assinado por Michael Lavalette, do Reino Unido, o texto apresenta e discute alternativas que se apresentam contra o mantra ‘não há alternativa’. Diante da violência neoliberal que afeta as economias e os sistema de bem-estar social nos vários países o autor identifica algumas reações. Entre elas a dos movimentos revolucionários no Oriente Médio e Norte da África (MENA), a luta da classe trabalhadora grega e o movimento *Occupy* na Europa e América do Norte. Desnecessário dizer que o Serviço Social é afetado por essa violência e vive uma crise a mais na história da profissão, lembra o autor. O alerta que resulta da análise das tentativas do governo da Grã-Bretanha para desmantelar o Estado de bem-estar social serve para todos: “[...] os assistentes sociais (acadêmicos e profissionais) e usuários de serviços sociais precisam se unir para defender o bem estar social e público e para deixar claro que um sistema de bem-estar social alternativo e uma forma de serviço social alternativo são possíveis, apesar da força neoliberal que emana dos decisores políticos do governo” (LVALETTE, 2012).

Com esta edição, a *Argumentum* completa quatro anos de existência, com uma avaliação B2 no Qualis da área de Serviço Social. A proposta de aperfeiçoamento do periódico move toda a equipe envolvida no projeto. Esta edição, seja pela atualidade dos temas tratados, qualidade dos trabalhos ou abrangência dos autores

confirma os resultados desses esforços.
Boa leitura!

Profa. Dra. Desirée Cipriano Rabelo
Editora